



Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381

<https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.304-314>

Biopolítica e violência simbólica: uma análise sobre o ensino profissionalizante no Brasil

Gabriel Ribeiro Caldas, mestrando do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, gabriel.rcaldas@gmail.com

Fátima Aparecida de Souza Francioli, Doutora em Educação Escolar pela UNESP, Campus de Araraquara/SP, Docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR UNESPAR, fas.francioli@hotmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar uma reflexão crítica sobre as dimensões da subjetivação e sujeição da violência do Estado a partir das relações de poder presentes nas sociedades modernas, tendo como foco a educação profissionalizante no Brasil. A partir da compreensão das transformações na sociedade brasileira e o impacto da institucionalização dos processos de reprodução social, bem como suas relações com a globalização e o atual sistema de produção capitalista, observa-se diversas contradições presentes no ensino profissionalizante que favorecem a perpetuação do discurso hegemônico legitimado pela violência simbólica. Através de um levantamento teórico-bibliográfico, realizou-se uma revisão sistemática tendo como base os trabalhos de pesquisadores como Bourdieu (1983 e 1992), Foucault (1979, 1997 e 2008) e Frigotto (2007, 2008 e 2011). Os levantamentos aqui apresentados destacam o vínculo histórico entre a educação e o trabalho e suas relações com o capitalismo, além de apontar as táticas de governabilidade utilizadas pelo Estado para perpetuar-se no poder. Conclui-se que fundamentar as diretrizes educacionais nos princípios mercantilistas reduz a educação à mera noção de empregabilidade, contribuindo para o distanciamento entre os dominantes e dominados, reproduzindo as desigualdades presentes na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Ensino profissionalizante, Governabilidade, Hegemonia Social.

Biopolitics and Symbolic Violence: an Analysis of Vocational Education in Brazil

Abstract: This research aims to present a critical reflection on the dimensions of subjectivation and subjection of State violence through the lenses of the power relations present in modern societies, focusing on professional education in Brazil. Beginning at the understanding of the transformations in Brazilian society and the impact of the institutionalization of social reproduction processes, as well as their relationship with globalization and the current capitalist production system, several contradictions can be observed in vocational education that favor the perpetuation of the hegemonic discourse legitimized by symbolic violence. Through a theoretical and bibliographical survey, a systematic review was carried out based on the works of researchers such as Bourdieu (1983 and 1992), Foucault (1979, 1997 and 2008) and Frigotto (2007, 2008 and 2011). The surveys presented here highlight the historical link between education and work and their relationship with capitalism, in addition to pointing out the governability tactics used by the State to perpetuate itself in power. It is concluded that basing educational guidelines on mercantilist principles reduces education to the mere notion of employability, contributing to the distance between the ruling class and the working class and reproducing the inequalities present in a capitalist society.

Keywords: Vocational education, Governability, Social Hegemony.

Aprovado em: 2018-09-15 - Publicado em: 2018-11-15 – Publicação- 2021-12-23

Introdução

Na sociedade contemporânea a violência, seja ela simbólica ou física, constitui um desafio para a consciência moral do nosso tempo, pois vivemos em uma época onde os avanços científicos e fenômenos sociais contribuem para um melhor entendimento da realidade à qual pertencemos. Este esclarecimento traz uma consciência cada vez maior quanto ao respeito e valor à vida. Porém, é justamente neste século que a violência se apresenta das mais diversas formas e se torna cada vez mais presente no cotidiano social (BARBOSA, 1999).

A violência esteve presente durante toda história humana, desde os primórdios da cultura até os dias mais atuais, sendo considerada um regulador social como afirma Nietzsche (2001) em sua obra *Prelúdio de uma Filosofia do Futuro*. É necessário abordar essa temática relacionando-a com os complexos processos que envolvem a educação e o ensino profissionalizante.

O âmago da violência é a ideia de força, potência ou capacidade natural pertencente ao próprio ser vivo. Com a estruturação de um poder regulador, observa-se que o uso da força é considerado violência quando há uma cisão das normas sociais estipuladas. Contudo, este poder regulador pode por si próprio reproduzir e perpetuar o ciclo da violência para legitimar seu poder.

Para Hampton (1986), a essência do governo é o poder, poder este legítimo e íntegro devido ao consentimento e apoio da população civil, criando assim um fenômeno natural de obediência às leis e instituições normativas presentes na sociedade moderna. Porém, a autoridade exercida pelo Estado é relativa às classes dominantes presentes na sociedade civil, criando assim uma tensão social entre as classes que foi batizada por Bourdieu (1983) como violência simbólica.

A violência simbólica se dá pela ausência da coação física, ou seja, ocorre através de imposições socialmente determinadas por instituições ou símbolos, causando danos objetivos ou subjetivos aos que estão submetidos inferiormente nas relações de poder. Tal

forma de violência é fundamentada nas determinações realizadas durante o processo de socialização de cada indivíduo, que os induzem a se submeterem socialmente de acordo com critérios e padrões estabelecidos pelo discurso dominante, sendo disseminados pelas instituições que promovem a reprodução social (MIRANDA, 2005).

Esse processo de indução exclui aqueles que não se sentem parte das determinações impostas, dificultando a participação social e cultural de forma plena, perpetuando assim um estado de violência (MICHAUD, 1989, p. 23). A exclusão social é um indicador de permanência da violência e afeta não somente a parcela excluída, mas também a excludente como afirma Maria Stela Porto:

Enfatiza-se o fato que os excluídos dos direitos se tornam alvos, ou autores, mais imediatos da violência. Sem negar a importância dos vínculos que permitem associar tais fenômenos, propomo-nos a refletir, igualmente, sobre os aspectos, manifestações e contextos de violência cujos protagonistas encontram-se, também, em camadas ou grupos sociais normalmente considerados como incluídos (PORTO, 2000, p.187).

Pela escola passam os indivíduos que são formados, desde cedo, para equivaler-se a uma multiplicidade qualquer, por derivação dos repertórios dos focos de experiências ali consolidados. Mais do que pensar em juízo de valor, trata-se de conceber o laço inequívoco entre as verdades que são ensinadas, disponibilizadas, convocadas e justificadas de modo prático, para que os sujeitos da Educação façam certo sentido às estratégias globais de governamentalidade, por exemplo: obediência, utilidade, normalização, respeito às distribuições e às hierarquias sociais, escansão de competências, jogo meritório de inclusão e de exclusão, jogo retributivo comportamental, possibilidades de certos aprendizados, competências adquiridas e acessos a conjuntos específicos de saberes (CARVALHO, 2014, p.107).

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentabilidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentabilidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

A partir dos conceitos de governamentabilidade e biopolítica apresentados é possível realizar uma reflexão sobre esta forma de governo, a violência subjetiva exercida através das relações de poder e suas pretensões relacionadas às políticas do ensino profissionalizante.

O ensino profissionalizando e a biopolítica

Nas últimas décadas, do século XX e XXI, o ensino profissionalizante vem sendo foco de políticas educacionais devido às diversas mudanças na economia mundial e o processo de globalização, sendo este último justificado pela influência da ciência e tecnologia no atual mercado de trabalho. Intensificar o ensino profissionalizante é uma forma de garantir mão de obra qualificada para manter essa estrutura.

No Brasil, um indicador dessa intensificação do ensino profissionalizante se deu através da Lei 8.948/94 que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica expandindo a oferta de educação profissional através dos Estados, Municípios, Distrito Federal, setores produtivos e organizações não governamentais. Esse marco na história das políticas educacionais possibilitou a criação de um capítulo específico de educação profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96).

Em 1997 é criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) através do Decreto nº 2.208/97 e posteriormente retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) sendo este o primeiro passo para o maior programa de expansão da oferta de ensino profissionalizante no Brasil (BRASIL, 1996; BRASIL, 1997).

A segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal foi o maior programa de educação profissionalizante no Brasil, o qual tinha como finalidade cumprir os requisitos do Programa Brasil Profissionalizado possibilitando assim, em 2008, por meio da Lei 11.892, uma articulação para expansão de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta rede tem como objetivo oferecer uma educação profissionalizante concomitantemente ou subsequente ao ensino médio. Esta implementação faz parte do novo modelo educacional proposto no Brasil que visa garantir a acessibilidade ao maior público possível a uma formação profissional.

A implantação dos Institutos Federais é uma das políticas educacionais desenvolvidas no âmbito do governo federal que pode ser pensada a partir dos princípios de biorregulamentação e governabilidade, já que posteriormente tais institutos sofreram uma reformulação visando atingir todos os níveis de educação, completando assim um ciclo de ensino baseado nas demandas do mercado de trabalho que necessitam de profissionais dos mais diversos níveis (SILVEIRA; CÉSAR, 2013). Segundo Frigotto

(2008), a relação entre trabalho e educação geraram uma nova ordem nas relações produtivas, onde as políticas educacionais passaram a instituir uma educação universal voltada para os interesses produtivos do mercado de trabalho.

A biorregulamentação exercida sobre a sociedade é um efeito da coordenação entre os poderes que fazem valer o conceito já definido de biopoder, sendo eles o poder disciplinar e o poder regulamentar. Esta estratégia de poder incumbe-se de definir critérios para as vidas dos indivíduos de uma população, beneficiando alguns em detrimentos de outros (FOUCAULT, 2008).

Neste sentido, a ciência e a tecnologia no Brasil se tornaram reguladores do ensino profissionalizante. Tal afirmação pode ser observada nas narrativas referentes à necessidade do mercado de trabalho de profissionais que dominem os conhecimentos relativos à ciência, à tecnologia, ao empreendedorismo e outros aspectos.

A reformulação e universalização da oferta da educação profissional no Brasil se fundamenta ou se justifica quanto a combater as desigualdades sociais e garantir um maior acesso à educação, destinada à população através de uma política educacional baseada nos pilares da ciência e da tecnologia e regidas pelo mercado de trabalho. Este fato pode ser percebido como um conjunto de táticas e biopolíticas que visam incorporar os indivíduos ao mundo do trabalho (SILVEIRA; CÉSAR, 2013).

A criação da rede de educação profissional, juntamente com as novas políticas e investimentos mostram nitidamente o novo caminho que a educação profissionalizante está galgando. Nota-se também que o ensino profissionalizante visa uma graduação mais enxuta (doravante denominada de tecnológica), dando sinais de um esvaziamento dos conteúdos educacionais em prol de uma formação alinhada a atual demanda do mercado de trabalho, que exige trabalhadores capazes apenas de resolver problemas, sem uma reflexão crítica de suas ações.

Esse processo de inclusão da sociedade ao mercado de trabalho, através do ensino profissionalizante, é uma estratégia biopolítica para fazer proliferar números no entorno dessa acessibilidade, à qual tem como objetivo uma maior inclusão desta população no mercado de trabalho e a conseqüente satisfação pessoal, o que tem uma função apaziguadora da população perante a realidade de uma sociedade baseada em classes (SILVEIRA; CÉSAR, 2013).

Frigotto (2007) afirma que a estruturação da educação sob uma perspectiva mercantil deveria tornar a educação profissional um veículo de integração e ascensão social, objetivando trazer uma mobilidade às classes menos favorecidas. Contudo, com a ampliação do desemprego estrutural e do contingente de trabalhadores supérfluos reduz os direitos sociais e coletivos ao simples direito individual, inserindo o cidadão ao mercado de trabalho, mas não integrando-o na sociedade, perpetuando assim, a exclusão social subjetiva que subsidia a permanência de um estado de violência.

A exclusão social é um processo sócio-histórico que se manifesta em todas as esferas da vida social, sendo ela uma condição denominada *ordem social desigual*, que implica no carácter ilusório da inclusão. Desta forma todos estamos inseridos, de algum modo, na estrutura reprodutiva das atividades econômicas (BELFIORE *et al*, 1999).

O trabalho, como princípio educativo, deriva do princípio de que todos os seres humanos têm necessidades que devem ser supridas a fim de garantir seus meios de vida (FRIGOTTO, 2011). Porém, como mostra a história do trabalho, o mesmo foi construído a partir da cisão do gênero humano em classes sociais como aponta Marx em sua obra *O Capital* (1983). Este fator é determinante para a perpetuação da violência subjetiva, pois através das estratégias de biopoder, a instituição escolar torna-se um mero meio para a reprodução de uma estrutura de dominação.

A associação da educação escolar e a formação para o trabalho estão historicamente unidas no contexto brasileiro com o objetivo de produzir as condições necessárias para a reprodução da existência coletiva. Como se pode observar, nas últimas décadas, essa associação sempre esteve atrelada ao ordenamento jurídico geral e através dos discursos e documentos governamentais, ora para assegurar essa união ora para dissociá-las (MACHADO; CURY 2009).

Atualmente a Lei 13.415/2017 deixa claro, através da reformulação do ensino médio, a regulação da educação baseada nas necessidades do mercado de trabalho, remontando o período de 1980 a 1988, onde os educandos eram carentes no que se refere a formação integral do ser humano, pois sua formação era baseada apenas para o mundo do trabalho (LEHER *et al*, 2017).

O trabalho se tornou, assim, um princípio educativo basilar, sendo parte de um projeto estratégico de carácter proletário regido pelo atual sistema de produção, reafirmado pelas atuais propostas político-educacionais. (FRIGOTTO, 2011).

Krawczyk (2005) afirma que as políticas educacionais a partir dos anos 1980 fazem parte de um processo de descentralização da educação que tem como proposta a viabilização da governação e da governabilidade da educação pública voltada para o “bem-estar social”. O direito à educação, devido tais políticas, deixa de estar subordinado à construção de uma sociedade democrática, impossibilitando a participação efetiva dos cidadãos na formação do governo e no controle da vida social, alienando-os através de uma violência simbólica e subjetiva (COUTINHO, 1994).

As políticas voltadas para a educação profissionalizante reforçam o sistema de coerção referente ao biopoder, pois regulamenta e administra, mesmo que subjetivamente, a vida dos jovens cidadãos, quais são submetidos a toda uma estrutura regulamentadora baseada no mercantilismo.

A LDB 9394/1996 reforça a expansão do ensino profissionalizante de nível médio no Brasil, articulando esta modalidade de ensino a estratégias de preparação geral para o trabalho. As Diretrizes e Base para a Educação Nacional enfatizam a importância do trabalho como princípio educativo sendo ele indispensável para a formação integral do ser humano.

No entanto, a execução das políticas educacionais que têm o trabalho como princípio educativo, sendo este princípio alinhado ao mercado e a acumulação de capital, é incompatível com a educação omnilateral³ e politécnica de uma instituição centrada numa formação polivalente.

Os processos de inclusão, exclusão, subcontratação e precarização do trabalho dilui a educação básica e profissionalizante na simples noção de empregabilidade, onde cada indivíduo é responsável por si próprio, por seu sucesso ou insucesso (FRIGOTTO, 2008; CHARLOT 2000).

Estes processos e relações de poder no espaço escolar juntamente com a subjetividade, presente nas instituições educacionais, trazem consigo a concepção de sociedade disciplinar estudada por Foucault (1997). Tal concepção trata-se de uma sociedade a qual os dirigentes visam assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. Ou seja, de reproduzir corpos dóceis afim de tornar o exercício do poder menos custoso, alinhando os caminhos individuais ao crescimento econômico, dando assim utilidade a

³ Termo utilizado por Marx (1973) ao se referir à uma formação integral do ser humano, onde o trabalho é apenas mais um dos aspectos fundamentais da educação.

todos os elementos do sistema que envolve o processo disciplinar social e culmina numa dominação fundamentada na violência simbólica (PRATA, 2005).

A violência simbólica é um instrumento invisível de dominação que, quando estatizada torna-se ainda mais complexa devido à institucionalização dos mecanismos de reprodução e controle social.

Este processo gera diversas contradições no que se refere aos princípios da instituição escolar no Brasil devido à dualidade entre a educação e o ensino profissionalizante que culmina na transformação do comportamento institucional e privilegia a homogeneidade, a indiferença e o individualismo (LIPOVESTISKY, 2016).

Considerações finais

A vinculação da educação com o trabalho, como apresentado no corpo deste texto, sempre esteve presente desde a criação das primeiras leis e diretrizes norteadoras da educação no Brasil. O meio de produção contemporâneo baseado na acumulação flexível do capital transformou o trabalho num princípio educativo afim de garantir a manutenção de uma sociedade capitalista baseada em classes.

Com a globalização e as constantes mudanças no sistema de produção e na economia global, as políticas voltadas para o ensino profissionalizante foram se atualizando visando uma formação que correspondesse às atuais demandas do mercado, principalmente no que se refere à ciência e tecnologia. Houve então uma expansão dessa modalidade de ensino no Brasil, incentivando a sociedade por meio da ampliação e facilitação do acesso aos cursos de formação profissional através de instituições públicas.

Essa expansão torna a educação profissional uma falsa promessa de integração e ascensão social sob uma perspectiva mercantilista, culminando numa ilusão de bem-estar social, fator esse, essencial para a biorregulação e governabilidade do Estado (FOUCAULT, 1979). Porém, como afirma Frigotto (2007), a educação sob essa perspectiva não integra o cidadão à sociedade, apenas o insere no mercado de trabalho, perpetuando a exclusão social subjetiva, qual deriva da subjetivação e sujeição da violência através do Estado.

Se faz necessário tomar consciência dessas táticas de governamentalidade pautadas na regulação social através do biopoder para apreender os atuais desafios

educacionais e combater a formação única e exclusiva para o mercado de trabalho que contribui para a reprodução da desigualdade social e a perpetuação de um estado de violência simbólica.

Diante da reflexão apresentada referente as atuais políticas educacionais, a reforma do ensino médio, juntamente com a expansão do ensino profissionalizante, em princípio, não visa sua universalização, mas sim a sedimentação social. Portanto, se torna prioridade a consolidação da oferta da educação profissional dentro de uma perspectiva de formação integral do ser humano.

A reflexão apresentada percorreu as dimensões da subjetivação, sujeição e violência simbólica presentes no contexto educacional no Brasil, principalmente no que diz respeito a redução da educação a uma mera ferramenta para a manutenção de um sistema econômico desigual, qual utiliza-se da instituição escolar como um meio de reproduzir essas violências e perpetuar as desigualdades presentes na sociedade capitalista. Se faz necessário apropriar-se desses conceitos e conscientizar-se sobre os processos de governamentalidade para que, a partir dessa compreensão, possamos pensar em formas de superar esses determinismos hegemônicos e caminhar em direção a uma emancipação educacional.

Referências

BARBOSA, Wilmar. **Violência e filosofia**. IV Congresso Internacional del CLAD: México, 1999.

BELFIORE, Marisangela; VÉRAS, Maura; JODELT, Denise et all. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jan. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, 1997.

CARVALHO, Alexandre. **Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo**. São Paulo: Pro-Posições, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/h3xVVHY7SzcLyTc34pJyJKF/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 13 de maio de 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COUTINHO, Nelson. **Cidadania, democracia e educação**. São Paulo: Ideias, n. 24, p. 13-26, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento de la biopolítica**. Curso em el Collège de France (1978-1979). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. Curso em el Collège de France. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 25-44, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Brasil, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/P4GFShpzx6jVDYStftMsbWj/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Brasil: 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBsnDKhMb/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate**. Brasil, 2011.

HAMPTON, Christopher. **Hobbes and the social contract tradition**. Cambridge University Press, 1986.

KRAWCZYK, Nora. **Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?** Campinas: Educ. Soc. p. 799-819, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/WFTJHBWDs9DMS6dCkJ7QyFD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

LEHER, Roberto; VITTORIA Paolo; MOTTA, Vânia. **Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do brasil**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*. v. 9 n. 1. Salvador, p. 14-24, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337>> Acesso em 06 de setembro de 2021.

MACHADO, Lucília; CURY, Carlos. Integrating education and work: the status of vocational education in brazil IN: **International handbook of education for the changing world of work: bridging academic and vocational learning**. Springer, p. 637-648, 2009.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. IN: **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 188-201.

MIRANDA, Luciano. **Pierre bourdieu e o campo da comunicação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MICHAUD, Yves. **Violence approved**. Paris: Hachette, 1996.

NIETZSCHE Friedrich. **Prelúdio de uma filosofia do futuro**. Tradução de Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus Editora, 2001.

NOGUEIRA, Cláudio; NOGUEIRA, Maria. **A sociologia da educação de pierre bourdieu: limites e contribuições**. Minas Gerais: Educação & Sociedade. Minas Gerais, p. 1-22, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

PORTO, Maria Stela. **A violência entre a inclusão e a exclusão social**. São Paulo: Rev. Sociol., p. 187-200, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/qB7zgLPGQsD5g73NDR5bdB/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.

PRATA, Maria. **A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade**. Poços de Caldas, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wzdqPKjymZgRKYT6hJkdQwy/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

SILVEIRA, Tatiana; CÉSAR, Maria. **O ensino profissionalizante e suas novas artes de governo**: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia. Canoas, p. 1-14, 2013. Disponível em: <shorturl.at/yIJKZ> Acesso em: 06 de setembro de 2021.